



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS	COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL
--	---

Por determinação de Sua Excelência o
 1. Presidente da A.R. e autorizada a
 participar do encontro e
 do Senhor Deputado etc.
 na reunião de 27 outubro,
 por
 videoconferência
 2. Ao Sr. Secretário-Geral;
 3. C/C a 1.ª e 13.ª Comissões

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 664538
Classificação
Data 16/10/2020

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA

16-out-20

Ofício n.º 721 /1.ª-CACDLG/2020
NU: 664538

Data: 16-10-2020

Assunto: Representação da Assembleia da República – Reunião Interparlamentar

Tendo presente o convite do Parlamento Europeu para participação na reunião interparlamentar organizada Comissão de Assuntos Jurídicos (JURI) do Parlamento Europeu (PE), sobre o tema “Legislar melhor de uma perspetiva digital” cujo programa, em anexo, prevê debates sobre as questões de *better regulation* e de modernização da administração e dos órgãos com competência legislativa, matérias que integram essencialmente competências das 1.ª e 13.ª Comissões, propõe-se que a representação da Assembleia da República seja assegurada pela delegação conjunta, composta pelo Deputado José Magalhães (PS) e pela Deputada Emília Cerqueira (PSD) - indicados pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias -, e pelos Deputados António Gameiro (PS) e Hugo Martins de Carvalho (PSD) - indicados pela Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, não obstante o Senhor Deputado Hugo Martins de Carvalho (PSD) ser membro efetivo da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS	COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL
---	---

Mais nos cumpre informar V. Ex.^a que a participação da delegação indicada será efetuada por videoconferência.

Com os melhores cumprimentos,

**O Presidente da Comissão de Assuntos
Constitucionais, Direitos, Liberdades e
Garantias**

(Luís Marques Guedes)

**O Presidente da Comissão de
Administração Pública, Modernização
Administrativa, Descentralização e Poder
Local**

(Fernando Ruas)

Interparliamentary Committee Meeting

Better Law Making from a digital perspective

Brussels, 27 October 2020, 13.45 – 15.45

13.45 **Welcome words**
Adrián Vázquez Lázara
Chair of the Committee on Legal Affairs, European Parliament

13.50 **Introduction to the topic**
Mr Hrvoje Grubisic
European Commission
DG Justice and Consumers - Unit A1- Civil justice policy
Secretary of the European Judicial Network in Civil and Commercial Matters

Feasibility and necessity of a possible EU digital platform collecting data on existing EU national laws on the topic

14.00 **Digital-Ready Legislation: the Danish experience**
Danish MP

Digital-ready legislation must create the basis for a more up-to-date, cohesive public administration providing the most value to citizens and businesses and contributing to a more user-friendly, easily accessible and transparent public sector. In short, digital-ready legislation is about ensuring that the legislation conforms to the digital society that Europe has become. In January 2018, the Danish parliament (Folketinget) adopted an agreement on digital-ready legislation, which will ensure a simpler, clearer legal framework, which is easy to understand and translate into secure and user-friendly digital solutions.

14.10 **Debate**

14.25 **Digitalized services to citizens and enterprises: the Estonian experience**
Estonian MP

Estonia sets a good example concerning digitalization of the public sector. The public administration and the government work mostly paperless, and citizens, firms and enterprises enjoy a vast offer of administrative procedure online; and still, Estonia has a high standard of data protection.

14.35 **Debate**

14.50 Digital tools in the service of law-making: The French experience
French MP

Digital legislative tools were used by the French legislator within the framework of the Law for a Digital Republic adopted in 2016 (Loi pour une République numérique), where the civil society was invited to contribute to the drafting of the law via a dedicated digital platform put in place by the government.

The example of the drafting process of this law is a good example of such digital tools enabling civil society participation.

15.00 Debate

15.15 National experiences with remote legislating process in the COVID-19 pandemic.

Prof. Dr. Sabine Kuhlmann

Vice Chair of the National Regulatory Control Council (Nationaler Normenkontrollrat – NKR)

Holder of the Hedda Andersson Chair at Lund University, Sweden

Vice President for Western Europe of the International Institute of Administrative Sciences

Fellow of the National Academy of Public Administration, USA

Universität Potsdam

Wirtschafts- und Sozialwissenschaftliche Fakultät

The COVID-19 pandemic has shed the light on the need to accelerate the digital transition at EU and at national level.

There is a number of activities which can be undertaken remotely or through digital means, and this experience has highlighted that in certain circumstances this can result in equal, if not increased productivity and efficiency: what lessons can be learned from the pandemic?

15.25 Debate

15.40 Closing remarks

Chair of the Committee on Legal Affairs, European Parliament

15.45 End of meeting